



Comarca de Praia Grande



Comarca de São Vicente

“Quartas de Luta” na Baixada Santista

PÁGINA 6



Comarca de Mongaguá



Comarca de Santos

Alesp

Servidores públicos participam de Audiência Pública contra o PLP 257/2016

PÁGINA 7

Mongaguá

Incidente no Fórum motiva reunião da Assojubs/Sintrajus com juízes assessores

PÁGINA 5

Passeio Cultural

Associação organiza ida de aposentados à exposição interativa "Grandes Mestres"

PÁGINA 9

Esportes

Equipe Assojubs marca presença na disputa dos 10 KM Tribuna FM Unilus

PÁGINA 11

Editorial

Organização e luta

No ano passado a crise financeira dos Estados foi a justificativa do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo para o não atendimento às demandas da categoria. 2016, nova gestão e o mesmo discurso.

O anúncio de apenas 7,08% para o pagamento da data-base, com uma inflação de 11,08% nos últimos 12 meses (março 2015 a fevereiro 2016), de acordo com os cálculos do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), sem contar a defasagem salarial histórica, desde 2002, que alcança mais de 20%, foi um desalento à categoria do Judiciário Estadual.

Outra preocupação é o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016, que impõe severas políticas de ajuste fiscal que buscam manter o pagamento de juros e amortizações da dívida ao sistema financeiro e aumentar a arrecadação da União e, em contrapartida, atinge o serviço público com congelamento de salários, aumento da cota previdenciária e até plano de desligamento voluntário.

Diante desse cenário, dentro

e fora do Judiciário Estadual, apesar dos ataques, os trabalhadores encontram meios de reagir: a demonstração de indignação, trajados de pretos, em frente aos fóruns do Estado, todas às quartas-feiras, é uma delas. Pouco a pouco a insatisfação sai das redes sociais, e dentro dos setores de trabalho, para alcançar seu objetivo.

Reunidos com o propósito de continuação da Campanha Salarial, reivindicam do TJ-SP o cumprimento integral da data-base, os atrasados de 4,77% (março a novembro de 2010), 1,5% (março a agosto de 2011), 1,18% (março a outubro de 2015), a progressão de 2015 (1,5%), o auxílio-saúde no valor de R\$ 500,00, garantias de implementação do nível universitário aos oficiais de justiça, a transformação dos agentes que não foram incluídos na Lei, a equiparação dos assistentes sociais/psicólogos ao pessoal da área da saúde, a urgente valorização dos escreventes.

Resistência, mobilização e unidade. Esse é o caminho para as conquistas.

ESPAÇO DO LEITOR

Este é um espaço dedicado aos leitores de "O Processo" para que se expressem de diferentes formas, seja através de opiniões, poesias, crônicas e charges.



**NÃO FIQUE SÓ,
FIQUE SÓCIO DA ASSOJUBS!**

www.assojubs.org.br

EXPEDIENTE



Diretoria
Michel Iorio Gonçalves - presidente
Luiz Tadeu Milito - vice-presidente
Regina Helena Assis - secretária geral
Adelson Pereira Gaspar - tesoureiro
Claudia Damiano Lopes de Almeida - 1ª secretária
Laércio Armesto - 1º tesoureiro

Nicolas Madureira Barbosa - diretor jurídico
Luís Fabiano Mendes - diretor de planejamento e infraestrutura
Catarina Lutfi Morgado - diretora de organização política e sindical
Fabio Gomes Ribeiro - diretor de comunicações
Gisele Alonso - diretora de convênios
José Carlos dos Santos - diretor de esportes
Eduardo Alexandre Teixeira Requejo - diretor social e cultural

Conselho
Rita de Cassia Ribeiro Moura / Paulo Afonso Filgueiras Júnior /
Odair de Paula Conceição / Alessandro Muniz Barreto / Edney de
Carvalho Valentim / Milton Romão de Moura

Redação
Camila Marques e Michel Iorio Gonçalves

Jornalista responsável: Camila Marques MTB 34.448
Diagramação: www.cassiobuono.com.br - Impressão: Gráfica
Diário do Litoral - Tiragem: 3.000 mil exemplares

**Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do
Estado de São Paulo - Assojubs**
Assojubs Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro,

Fone: 3223-2377 - 3223-5278
Assojubs São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11,
Parque Bitaru, Fone: (13) 3468-2665
Assojubs São Paulo - Rua da Glória, 152, Cj. 42, Liberdade,
Fone: (11) 3101-6085
e-mails: faleconosco@assojubs.com.br - secretaria@assojubs.
com.br - www.assojubs.org.br

Clube de Campo

Por melhorias, Assojubs reúne-se com o prefeito de Pedro de Toledo



Michel Iorio Gonçalves e Maria Kill com Sergio Yasushi Miyashiro, prefeito de Pedro de Toledo

No intuito de providenciar melhorias para o acesso dos associados usuários e seus visitantes ao Clube de Campo Assojubs, representantes da associação estiveram reunidos, em 3 de maio, com Sergio

Yasushi Miyashiro, prefeito de Pedro de Toledo, onde o sítio está localizado.

Alguns dos pontos tratados por Michel Iorio dos Santos e Regina Helena Assis, presidente e secretária geral da

Assojubs, no encontro com o prefeito do Município, foram a iluminação, segurança e acessibilidade. Maria Kill Damy Castro, coordenadora do Clube de Campo, também esteve presente.

Aos associados interessados em se divertir e descansar, suas respectivas famílias e amigos, o Clube de Campo possui hospedagem, lazer esportivo e recreativo. A paisagem deslumbrante fica em

uma área de 5 alqueires, com piscina, lagos, campos de futebol e vôlei, salão de jogos (mesas de sinuca e ping-pong), churrasqueira, forno à lenha e animais para observação da garotada.



CLUBE DE CAMPO DA ASSOJUBS *Em Pedro de Toledo*

LAZER SEMANA: R\$ 12,00
DIÁRIA SEMANA: R\$ 60,00
Suítes para até 4 pessoas
R\$ 90,00 suíte para 8 pessoas

LAZER FIM DE SEMANA/FERIADO: R\$ 15,00
DIÁRIA FIM DE SEMANA/FERIADO:
R\$ 100,00 suítes para até 4 pessoas
R\$ 200,00 suíte para 8 pessoas

Isentos: Dependentes e convidados até 5 anos

*Lazer (passar o dia)

*Diária (dia + pernoite)

Reserve já! Entre em contato com a Secretaria da Assojubs

Fone: 13. 3223.2377



ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJUBS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE BASE DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - ASSOJUBS, Michel Iório Gonçalves, no uso de suas atribuições estatutárias, faz saber a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que DESIGNA O DIA 31 DE MAIO DE 2016 PARA REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 24 E 25 DO ESTATUTO SOCIAL VIGENTE, no Auditório da Assojubs, sito à Av. São Francisco nº 276/278, primeiro piso, às 19h00 horas, em 1ª convocação, sendo necessário o quorum mínimo de metade mais um dos associados quites com a Tesouraria para abertura da Assembleia, para deliberar sobre a ordem do dia acima descrita. No caso de não haver quorum mínimo dos associados em 1ª convocação, será feita a 2ª convocação às 19h30min, onde então será declarada aberta a Assembleia com qualquer número de associados, bastando a maioria simples dos votos dos associados presentes para as aprovações da pauta descrita.

Santos, 16 de maio de 2016.

MICHEL IORIO GONÇALVES
PRESIDENTE

Atenção!

Todo associado titular recebe Osan



Aos associados da Assojubs, um lembrete! Todos os titulares, assim que se tornam sócios da entidade, recebem a carteirinha do Plano de Assistência Osan, que, além do respaldo do serviço funerário, disponibiliza descontos em consul-

tas e exames, muitas vezes um índice que chega a 50%.

E é possível a inserção de agregados, o valor por cada adicional é de R\$ 6,55. Para saber a rede de médicos e clínicas credenciadas, é só ligar na Adcon pelo 3569-1650 ou na Osan pelo 3228-8000.

Comarca de Santos

Mobilização e diálogo resultam na alteração da Portaria sobre o acesso dos servidores ao Fórum Central

A mobilização dos servidores e um diálogo aberto entre os representantes e a Diretoria do Fórum de Santos foram primordiais para se chegar ao entendimento que promoveu a alteração na Portaria Conjunta nº 01/2016, dispondo aos funcionários o acesso ao prédio pela Rua Marrey Júnior.

Tal Portaria impedia os servidores de entrarem e saírem do Palácio da Justiça (prédio central) pela Rua Marrey Júnior ou a Av. São Francisco, locais dos estacionamentos e somente permitidos, até a mudança, aos



Assojubs e Sintrajus com Carlos Eduardo Andrade Sampaio, juiz diretor do Fórum

juízes. Para os trabalhadores, apenas o acesso principal, via escadaria.

Com a alteração, foi possível aos funcionários entrar e sair pela Rua Marrey Júnior em

horários específicos: entre 8h30 e 11h15, chegada para o expediente, e das 17 às 19, período de encerramento dos turnos de trabalho.

Durante o impasse, três discussões com o juiz diretor do Fórum, Carlos Eduardo Andrade Sampaio, foram realizadas. No intuito de amenizar a questão, a Assojubs e o Sintrajus propuseram justamente deixar apenas a Rua Marrey Júnior para o acesso. Mas, quando feita a consulta entre os juízes, a sugestão não foi aceita inicialmente.

Em resposta, os servidores,

com apoio da Assojubs e do Sintrajus, fizeram dois protestos. Os atos aconteceram nos dias 20 e 25 de abril.

No decorrer das tratativas os representantes reforçaram a necessidade de uma solução para a situação. No último encontro, em 27 de abril, Sampaio afirmou que analisaria mais uma vez o caso e retomaria as conversas com os demais juízes.

O diálogo entre todas as partes envolvidas foi eficaz, juntamente com a mobilização dos servidores, resultando no dia seguinte na revisão da Portaria.

7ª RAJ recebe o TJ: Presidente conversa com os trabalhadores

O presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, esteve no dia 1 de abril na 7ª Região Administrativa Judiciária (RAJ) para compromissos do Órgão, entre eles um encontro com os servidores da Comarca de Santos, realizado no Salão do Júri do Fórum.

Climatização

De acordo com o presidente, a climatização do prédio central do Fórum de Santos está sendo agilizada pelo TJ, com a abertura do período de licitação para as empresas apresentarem os valores da obra e, na sequência, dar início à reforma do sistema elétrico para a instalação dos equipamentos condicionadores de ar, sem definição de prazos.

Aposentados

Chamado pela Assojubs, um grupo de aposentados se fez presente na reunião. E foi cobrada uma atenção especial

a estes funcionários que muito contribuíram para o andamento da máquina judiciária.

“Nós temos uma perda histórica de reposição desde 2002. Este ano, nem o que é corroído pela inflação vai ser pago. A fatia do bolo sempre é mínima para o funcionário, menor ainda para o aposentado, por isso estamos aqui, pois não queremos cair no ostracismo e contamos com sua colaboração para isso”, destacou Rosângela dos Santos.

Valorização

O diretor Jurídico da Assojubs, Nicolas Madureira, deu uma sugestão ao presidente para a valorização do trabalhador, independente de dotação orçamentária: a de cumprir o Estatuto do Servidor Público Estadual em seu artigo 78, que fala sobre o não desconto do auxílio alimentação do funcionário em férias ou licenças.

Dimas rebateu dizendo que há interpretações acerca do artigo, pois parte da Lei diz que



Aposentados participam de reunião com o presidente do Tribunal

o auxílio deve ser pago somente por dia trabalhado.

Saúde e insalubridade

“A Comissão de Insalubridade, para avaliar casos como os existentes aqui em Santos, da mecanografia, que ainda manuseia produtos químicos como solventes, e o júri, onde fica o armazenamento de armas, foi criada em gestões passadas, mas não prosperou”, ressaltou Alexandre dos Santos, diretor Jurídico do Sintrajus, em sua fala a Dimas, que acolheu a demanda e respondeu que o TJ vai verifi-

car tais observações.

Alexandre dos Santos entregou ao presidente o livro “Trabalho e Saúde no Tribunal de Justiça de São Paulo - Repercussões na vida de seus trabalhadores”, desenvolvido pela Assojubs, Sintrajus e demais entidades representativas da categoria.

Defasagem salarial

O presidente da Assojubs, Michel Iorio Gonçalves, explicou sua preocupação com a defasagem salarial dos servidores. E lembrou que nesses dois anos frente ao comando do TJ,

o magistrado pode fazer a diferença “dando seguimento à transformação dos agentes em escreventes e com a valorização dos escreventes, carreira com maior número de funcionários dentro do Órgão, além do cumprimento integral da data-base”. Outra menção do dirigente foi quanto à majoração do auxílio saúde para R\$ 500,00, item da pauta de reivindicações, o que seria um grande ganho por conta dos gastos com medicamentos e planos de saúde, principalmente para os aposentados, e a origem do recurso ser o Fundo Especial de Despesas (FED).

Dimas explicou que está contingenciando verbas, tentando suplementações com o Governo do Estado, e que vai inserir as perdas inflacionárias na peça orçamentária para o próximo ano. Em relação ao aumento do auxílio saúde, vê com boa perspectiva, mas estudos devem ser feitos.

Incidente no Fórum de Mongaguá

Assojubs e Sintrajus reúnem-se com juízes assessores de Patrimônio e Segurança Pública

Devido ao ocorrido no Fórum da Comarca de Mongaguá, em que uma pessoa, dentro do prédio, tentou atear fogo em si mesma, a Assojubs, representada por Michel Iorio Gonçalves e Regina Assis, presidente e secretária geral, e o Sintrajus, por Adelson Pereira Gaspar, tesoureiro, estiveram com Mario Sérgio Leite e Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho, juízes assessores da Presidência do Tribunal de Justiça (TJ-SP), no dia 28 de abril, na Capital.

Semelhante ao incidente ocorrido com uma juíza no Fórum do Butantã, na Capital, a parte interessada foi tomada pela revolta e demonstrou sua indignação, comprovando a fragilidade da segurança nos prédios do Poder Judiciário, o que acaba expondo e deixando vulneráveis seus ser-

vidores durante a atividade profissional.

Responsável pelos assuntos de Segurança Pública do Tribunal, Marinho informou que houve uma redução no número de funcionários nos fóruns e que o Órgão está tentando retomar a quantidade anteriormente disponível ao setor de segurança.

Assojubs e Sintrajus cobraram um posicionamento do TJ-SP sobre a mudança para o novo prédio do Fórum, já inaugurado pelo governador Geraldo Alekmin em dezembro do ano passado, e que proporcionaria aos servidores melhores condições de trabalho. Mas há pendências na obra, estando o imóvel a cargo da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo.

Leite, incumbido pela Presidência para tratar da área de Patri-

mônio e Contratos, solicitou aos representantes que fosse encaminhado a ele um e-mail contendo os dados sobre a situação no Fórum de Mongaguá no intuito de tomar as medidas cabíveis e acelerar o processo de transferência para o novo prédio. O documento já foi enviado ao juiz assessor.

Tratativas com o Daraj

Antes do encontro com os juízes assessores da Presidência do Tribunal de Justiça, Assojubs e Sintrajus estiveram em tratativas, no dia 27 de abril, com Carlos Eduardo Andrade Sampaio, responsável pela Diretoria do Departamento de Administração da 7ª Região Administrativa Judiciária (Daraj 7).

A situação do Fórum de Mongaguá é problemática. Assim



Representantes com os juízes assessores
Mario Sérgio Leite e Valdir Ricardo Lima Pompêo Marinho

como no prédio central da Comarca de Santos, não há climatização. Bichos já foram encontrados em gavetas das unidades cartorárias. Princípio de incêndio também já foi constatado. Não há portas de emergência. As condições de trabalho são precárias. E o agravante nesse caso é o prédio novo, que segue desocupado.

De acordo com Sampaio as falhas na obra estão em desacor-

do com o memorial descritivo e o TJ-SP não recebe enquanto esses lapsos não forem reparados. O juiz sabe que o local atual do Fórum é inadequado e totalmente adaptado, mas explicou que não pode atuar, pois só é permitido ao Daraj se manifestar quando o lugar for repassado a ele.

Gisele Alonso, diretora de Convênios da Assojubs esteve presente na reunião com o Daraj.

Reposição de 7,08%

Apesar das tratativas pela majoração, TJ mantém o índice abaixo da inflação

Paulo Dimas de Belli Mascaretti, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), anunciou oficialmente no dia 6 de abril, por meio de correspondência eletrônica aos seus servidores, o índice de 7,08% para o pagamento de reposição salarial, com folha suplementar para 18 de abril.

O índice é aquém da taxa da inflação nos últimos 12 meses de acordo com os cálculos do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor): de 11,08%. Sobre a complementação do percentual, de 4%, o presidente disse que estudos serão feitos ao longo do ano para, quem sabe, tal viabilidade.

Em sua comunicação para os servidores usa os mesmos argumentos das gestões anteriores da falta de dotação orçamentária



Michel Iorio Gonçalves fala da majoração do auxílio saúde com Paulo Dimas

devido ao corte de verbas na peça feito pelo Executivo e acrescenta o problema com a crise econômica. E ressalta que mesmo com as limitações financeiras, o “enorme esforço” empenhado permitiu a majoração dos auxílios saúde (25%) e alimentação (11%).

Essa diferença aumenta mais a defasagem salarial da categoria, que, contada desde 2002,

chega a 20,94%.

Desde o início de sua gestão frente ao TJ-SP, no começo do ano, Dimas já esteve reunido com as entidades representativas dos servidores, entre elas a Assojubs, quatro vezes. O primeiro encontro foi uma apresentação do presidente aos dirigentes, com discurso de preocupação e valorização dos servidores. Nas demais trata-

tivas, a apresentação do índice, a possibilidade de majoração, os conhecidos estudos e a sentença final de que a falta de recursos devido ao crescimento vegetativo da folha de pagamento e o corte orçamentário do repasse pelo Executivo ao Judiciário impedia o Órgão de chegar ao percentual do INPC. 11,08%. E encerrou em 7,08%.

Na última discussão entre TJ e entidades, ocorrida no dia 31 de março, no Palácio da Justiça, na Capital, o magistrado explicou acerca das “dificuldades” enfrentadas pelo Órgão e disse que está sendo feito um “planejamento e remanejamento para a complementação necessária” do percentual.

Dimas ainda informou que esteve reunido com Geraldo Alekmin (PSDB), governador do

Estado, e se comprometeu com o chefe do Executivo a otimizar recursos e desenvolver um plano de logística sustentável para poupar gastos.

Auxílio saúde

O presidente da Assojubs, Michel Iorio Gonçalves, também coordenador geral do Sintrajus, tocou no assunto referente ao aumento do valor do auxílio saúde, reajustado em R\$ 50,00, mas ressaltou ao presidente que essa majoração é pequena e que na pauta reivindicatória da categoria o pedido é de R\$ 500, 00, tendo em vista os custos com a saúde serem altos, principalmente para os aposentados. Dimas esclareceu que essa solicitação será estudada.

Iorio solicitou ao presidente o estudo do impacto financeiro da majoração do auxílio saúde.

Campanha Salarial

“Quartas de Luta” e pauta de reivindicações são deliberadas em Assembleias

As “Quartas de Luta”, mobilização deliberada pela categoria na última Assembleia Estadual, em 8 de abril, vêm sendo realizadas pelo Estado e a cada semana a adesão aumenta. Na Baixada Santista, as manifestações, com apoio da Assojubs e dos Sintrajus, foram promovidas nas comarcas de Praia Grande, São Vicente, Cubatão, Itanhaém, Mongaguá e Santos.

Os trabalhadores, reunidos em atos e discussões à entrada dos fóruns ou em suas unidades cartorárias, vestem preto, símbolo de luta, em protesto ao não pagamento integral da data-base, cuja reposição salarial aplicada pelo Tribunal de Justiça foi de 7,08%, sendo o percentual apresentado pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) de 11,08% (março de 2015 a fevereiro de 2016), contra a retirada de direitos proposta em projeto, por melhores condições de trabalho e segurança nos prédios e pela dignidade de ser servidor público.

Em algumas comarcas, as mobilizações abordaram também os problemas locais, como as condições de trabalho precárias, agravadas pela total falta de segurança no Fórum de Mongaguá – onde uma pessoa do público, dentro do prédio, tentou atear fogo em si mesma – e a ausência de climatização no prédio central de Santos.

Presença parlamentar

Em Santos, a “Quartas de Luta”, contou com a presença do deputado estadual Carlos Gianazi (PSOL), que incentivou a categoria a persistir, pois somente com a mobilização é que as reivindicações são atendidas. Outras entidades de classe da Baixada Santista, como o Sindserv e Sin-



Comarca de Praia Grande



Comarca de Cubatão

trajud, também participaram do ato, além de uma Comissão de aprovados no concurso para escrevente do TJ-SP.

Pauta de reivindicações aprovada

A primeira Assembleia Estadual da Campanha Salarial 2016 aconteceu em 11 de março, na Capital, discussão que aprovou a pauta de reivindicações da categoria. Inicialmente os servidores permaneceram na Praça João Mendes, mas decidiram se dirigir à porta do Palácio da Justiça, onde fica o Gabinete da Presidência.

Outras definições

Também em Assembleia foram definidas algumas ações pela Campanha Salarial, entre elas as “Quartas de Luta”. Os itens aprovados:

1) Considerando que a data-

-base não foi cumprida integralmente, a meta agora é o pagamento de todos os atrasados: 20,94%;

2) Toda quarta-feira, às 13 horas, participação no Órgão Pleno do Tribunal de Justiça até a solução dos atrasados;

3) Toda quarta-feira manifestação, às 13 horas, nos prédios da Capital e Interior;

4) Nas visitas do presidente às comarcas, os servidores devem se reunir com ele para a cobrança dos atrasados;

5) Iniciar imediatamente as reuniões das Comissões com o Tribunal para cobrar o cumprimento da pauta entregue ao presidente;

6) Continuar cobrando novas reuniões com o próprio presidente;

7) Encaminhar manifesto conjunto contrário ao PLP 257/2016 e solicitar aos servidores que encaminhem e-mails aos depu-



Comarca de São Vicente



Comarca de Mongaguá



Comarca de Santos

tados federais;

8) Solicitar audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) sobre o PLP 257/2026;

9) Consultar o Supremo Tri-

bunal Federal (STF) sobre a aplicabilidade do auxílio moradia;

10) Nova assembleia deverá ser convocada durante esse período da continuidade da negociação com o TJ.

A pressão por meio das 'Quartas de Luta' está dando certo!

Uma nova reunião com o presidente do TJ, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, e as entidades representativas foi marcada para 1 de junho!

PLP 257/2016

Servidores públicos federais, estaduais e municipais participam de Audiência Pública na Alesp contra projeto que prevê ataques aos direitos do funcionalismo



Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei Complementar 257/2016



Servidores públicos lotam o plenário Auditório André Franco Montoro da Alesp



Luiz Milito, vice-presidente da Assojubs, que integrou a primeira mesa de trabalho



Representantes da Assojubs e Sintrajus com servidores da Baixada Santista



Michel Iorio Gonçalves, presidente da Assojubs e coordenador do Sintrajus

Com a presença de representantes das diferentes áreas do funcionalismo federal, estadual e municipal, aconteceu na tarde do dia 17 de maio, no Auditório André Franco Montoro da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), uma Audiência Pública para debater sobre o Projeto de Lei Complementar (PLP) 257/2016.

O projeto propõe uma refor-

ma fiscal que pode suspender a realização de concursos públicos, congelar reajustes e promoções nas carreiras, o aumento da alíquota para a previdência de 11 para 14%, a retirada de benefícios financeiros e até a criação de um programa de demissão voluntária de servidores públicos.

O pacote pressupõe o alongamento da dívida pública, cujo

prazo era de meados de 2027 e foi adiado por mais 20 anos, estabelecendo o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, alterando a Lei de Responsabilidade Fiscal. O PLP ainda prevê severos cortes de gastos sociais para União, estados e municípios.

De iniciativa do deputado Carlos Giannazi (PSOL) com o vice-presidente da Assojubs, Luiz Milito, a Audiência Pública lotou o plenário e a manifestações dos funcionários públicos participantes foram todas no sentido de ressaltar a união para lutar contra a retirada de direitos contida no PLP.

Para Giannazi, o PLP trata do ajuste fiscal às custas dos servidores públicos, pois são eles que “pagarão a conta”. O parlamentar recordou que o maior incentivador desse nefasto projeto foi o

Governo de São Paulo, que em 25 de fevereiro do ano passado apresentou à Casa o Decreto nº 61.132, “sobre medidas de redução de despesas com pessoal e encargos sociais”.

Entre as diversas explicações, uma delas mencionou que no conteúdo do PLP 257/2016 o corte de cargos comissionados, a maioria deles apadrinhamentos políticos, é apenas de 10%, sendo que esses são, geralmente, os salários mais altos.

Integrante da primeira mesa de trabalho, o vice-presidente da Assojubs frisou que a unidade observada na Audiência Pública é sem precedentes na história do funcionalismo. E reforçou que a ida a Brasília (DF) é imprescindível, bem como a pressão na Alesp. “Temos que cobrar dos deputados apoio para que falem

contra o projeto, passar nos gabinetes e ir ao Colégio de Líderes [reunião semanal das lideranças partidárias da Assembleia] expor que essa será a destruição do serviço público”, argumentou Milito.

Michel Iorio Gonçalves, presidente da Assojubs e coordenador do Sintrajus, lembrou que na vida as pessoas aprendem e se unem pelo amor ou pela dor e, infelizmente, neste caso será pela perda de direitos.

As terceirizações também foram citadas por Gonçalves, uma prática que vem ocorrendo em todas as esferas do serviço público, ocasionando rebaixamento de salários e precarização dos atendimentos. E encerrou propondo: “Que os representantes percorram as Câmaras de seus municípios e consigam moções de apoio, bem como dos parlamentares da Casa”.

Propostas indicativas

As propostas indicativas apresentadas na Audiência Pública foram:

- 1) Criar uma Comissão de Entidades para coordenar as ações;
- 2) Constituir uma frente, ou fórum, parlamentar contra o PLP 257/16 e outros projetos como o 4330/04, que legaliza as terceirizações inclusive das atividades fins;
- 3) Fazer um novo ato na Alesp, percorrer os gabinetes dos deputados, falar no Colégio de Líderes e lotar a plenária para cobrar apoio dos deputados e de seus partidos;
- 4) Ir a Brasília em caravana para fazer uma manifestação nacional;
- 5) Elaborar um manifesto assinado pelas entidades para divulgação da luta.
- 6) Preparação de uma greve geral.

Oficiais de Justiça

As Centrais de Mandados e a organização da categoria

Por **Catarina Lutfi Morgado**
Colaboração de **Paulo Serafim**

A implantação das Centrais de Mandados, as Seções Administrativas de Distribuição de Mandados (SADMs), no Tribunal de Justiça implicou em diversas mudanças no serviço e no cotidiano dos oficiais que, além da perda do vínculo com os cartórios de origem, das certidões exclusivamente no sistema informatizado e de atuar em todas as matérias (cível, criminal, fazenda, família, infância), enfrentam também uma intensificação do trabalho com os plantões e a necessidade de inserir dados no processo antes de confeccionar as certidões.

Essas mudanças não ocorreram no TJ de forma isolada, e nem apenas com os oficiais de justiça. Elas fazem parte de uma adaptação dos Tribunais no país às Diretrizes para o Judiciário na América Latina, preconizadas pelo Documento 319 do Banco Mundial, e seus ataques atingem toda a categoria. As terceirizações, a falta de concursos públicos, a extinção de cargos, a precarização do trabalho e a

sobrecarga fazem parte desse conjunto perverso, com reflexos danosos para a sociedade.

Essas mudanças foram aplicadas sem uma infraestrutura minimamente condizente por parte do TJ. As condições precárias de instalação de várias Centrais, a falta de cursos de capacitação para atuação nas diversas matérias, bem como para a utilização do sistema informatizado, sobrecarregaram ainda mais os trabalhadores. Há ainda as mudanças constantes de normas, pareceres e resoluções da Corregedoria Geral de Justiça, muitas vezes até contraditórios entre si, que afetam sobremaneira o servido cotidiano, exigindo uma adaptação imediata e comprometendo a qualidade da prestação jurisdicional. Além dos inúmeros casos de assédio moral, materializados pelos Processos Administrativos, que aumentaram de forma exponencial com a implantação das Centrais.

Em contrapartida, os oficiais, a partir da instalação das Centrais e pela necessidade de reagir a essas transformações profundas no seu modo de tra-

balho, foram impulsionados a se organizar e repensar sua função, seu papel no encaminhamento dos processos e na necessidade de valorização da categoria. Inicialmente, de forma atomizada em cada Central de Mandados, a Comissão dos Oficiais de Justiça foi fundamental para garantir que os próprios oficiais, aqueles que realmente conhecem as particularidades de sua atividades, pudessem ser parte integrante na gestação da SADM.

No caso da Central de Santos, foi extremamente importante a existência do Núcleo de Oficiais de Justiça da Assojubs, que antes mesmo da implantação já realizava debates com a categoria sobre suas demandas específicas e foi o embrião da comissão de Oficiais da SADM.

Com a criação da CGOJ (Comissão Geral dos Oficiais de Justiça) em 2014, mais um passo foi dado e representou um enorme avanço na organização. Na Comissão Estadual, que é supraentidades, reúnem-se oficiais de várias cidades, trocando experiências e debatendo as demandas específicas

da função, além das lutas mais gerais da categoria.

No passado recente, não há registro de luta tão vitoriosa!

Há dois anos, o nível universitário para oficiais de justiça em São Paulo era um sonho distante. Já presente na Justiça Federal e na maioria dos Estados, a formação superior não era considerada por aqui como essencial para o melhor desempenho da função.

Mas um grupo de oficiais já batalhava pelo reconhecimento da importância da formação superior para oficiais, cientes das exigências profissionais, e da crescente necessidade de trabalhadores capacitados para atuar em realidades distintas e prontos para buscar a Justiça em situações extremas e dramáticas. Para este grupo, o Oficial de Justiça é a Justiça presente na sociedade. Batendo na porta, intervindo, construindo, realizando Justiça.

A partir de 2013 essa luta se intensificou e mobilizou todo o Estado. Foram reuniões, manifestações, encontros e, principalmente, caravanas das mais distan-

tes comarcas, em visitas semanais à Assembleia Legislativa. O contato com os deputados, o acompanhamento, a pressão foram determinantes para a aprovação do Projeto de Lei Complementar 56/2013, sobre o nível universitário para ingresso no cargo.

Porém, é importante ressaltar que a aprovação, por si só, foi uma importante vitória, mas nada ainda foi conquistado. A efetivação aguarda o distante 2018 e muita coisa pode acontecer. Nestes tempos de ataques aos direitos dos trabalhadores, de propostas de redução da capacidade do Estado em intervir e regular as atividades econômicas, de pressão contra as atribuições típicas de Estado e o serviço público, convém passar a camiseta, desenrolar a faixa, retornar à estrada e, com sorriso no rosto, retomar o “Bom dia, senhor presidente”, “Boa tarde, senhores deputados”...

Pois é, quem luta, conquista!

Catarina Lutfi Morgado,
diretora de Organização
Política e Sindical da Assojubs

Paulo Serafim, diretor regional
da Assojubs no Fórum Hely Lopes

Peça orçamentária do TJ

Assojubs e Sintrajus encaminham reivindicações para o exercício de 2017

A Assojubs e o Sintrajus, em conformidade com o Comunicado nº 28/2016 da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) divulgado no Diário da Justiça Eletrônico (DJE) de 7 de março, encaminhou reivindicações para o orçamento do exercício de 2017 do Poder Judiciário.

Segundo o entendimento da Assojubs e do Sintrajus, o Comunicado sobre a Proposta Orçamentária Setorial (POS) não

atende a Resolução nº 70/2009 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que versa acerca da participação de “serventuários e magistrados, indicados pelas respectivas entidades de classe”, na elaboração da peça.

O Comunicado sobre a POS apenas garante a Resolução nº 198/2014, também do CNJ, que permite às entidades e associações de classes enviarem propostas, submetidas à Egrégia Presidência, mas não versa acerca da efetiva partici-

pação de seus trabalhadores na apresentação de estudos para o desenvolvimento da peça orçamentária.

No documento encaminhado pela Assojubs e Sintrajus foram reforçadas a cobrança de débitos para garantir o pagamento da data-base de 2017, reposições de 4,77% relativo à data-base de 2010 (não aplicada sobre os vencimentos de março a novembro), de 1,5% relativo à data base de 2011 (não aplicada sobre os vencimentos de março

a agosto), 1,18% relativo à data base de 2015 (não aplicada sobre os vencimentos de março a outubro) e a majoração dos auxílios (transporte, alimentação, saúde e creche-escola).

Também constam a previsão de recursos para o pagamento de créditos funcionais dos trabalhadores (FAM, férias, licenças prêmio), a valorização da carreira dos escreventes com o nível universitário, realização de novos concursos para preenchimento dos cargos existen-

tes e criação de ambulatórios médicos, odontológicos e psicossociais nas unidades de trabalho ou locais próximos para atendimento aos funcionários, aposentados e pensionistas, a extensão da transformação para escreventes técnicos judiciários aos agentes operacionais, de serviço e fiscalização, gratificação aos agentes de segurança e que contemple efetivamente o pagamento do nível universitário aos oficiais de justiça (Lei 1.273/2015).

Núcleo dos Aposentados

Assojubs organiza ida à exposição interativa “Grandes Mestres”

No dia 26 de abril, o Núcleo de Aposentados da Assojubs esteve em São Paulo para um passeio cultural. A escolha foi a exposição interativa “Grandes Mestres”, com réplicas e reproduções de obras dos três grandes artistas do Renascimento: Leonardo da Vinci, Michelangelo e Rafael. Antes da ida à Capital, o grupo foi recepcionado na

Cantina com um belo café da manhã.

Entre as reproduções dispostas no Espaço Cultural Porto Seguro, obras ligadas à arquitetura, como os afrescos A Última Ceia (de Leonardo da Vinci) e a Capela Sistina, além das esculturas Pietà e Davi (de Michelangelo).

Raffaello Sanzio, referido

como Rafael, foi um mestre da pintura e arquitetura da escola de Florença durante o Renascimento italiano. Da Vinci é considerado um dos maiores pintores de todos os tempos e, possivelmente, a pessoa dotada de talentos mais diversos a ter vivido.

Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni foi pintor,



Núcleo dos Aposentados da Assojubs no Espaço Cultural Porto Seguro, em São Paulo

escultor, poeta e arquiteto italiano. Junto com Rafael e Da Vinci forma a tríade de grandes mestres do Alto Renascimento.

Após a visita à exposição interativa “Grandes Mestres”, o grupo foi almoçar no Mercado Municipal de São Paulo.

Assistentes sociais e psicólogos

PL 3792/2015 (Depoimento Sem Dano): Porque somos contra

Por AASPTJ-SP (Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo)

A Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça (AASPTJ-SP) e a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica do Brasil (AASP Brasil), juntamente com outras entidades, realizaram em março e abril duas oficinas com o tema “A criança vítima ou testemunha de violência e sua exposição ao Sistema de Justiça – Debates sobre o PL 3792/2015”. A diretoria da Assojubs ofereceu este espaço no jornal O Processo para expor a posição contrária ao Projeto, conforme afirmado nos dois eventos.

O Projeto de Lei 3792/2015 institui a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, metodologia que ficou popularmente conhecida como Depoimento Sem Dano e foi usada pela primeira

vez no Rio Grande do Sul em 2003. De acordo com a assistente social judiciária aposentada Eunice Favero, o DSD “substitui a audiência direta com o juiz, da criança ou adolescente vítima de violência, em especial quando de abuso sexual, pela audiência indireta: o magistrado inquirir a criança, geralmente por meio de um assistente social ou psicólogo, que permanecem em outra sala, interligada por aparelhos de áudio e vídeo”. Tal inquirição tem como objetivo a constituição de provas judiciais com vistas à punição do suposto abusador. Isto é, cabe à criança fornecer a prova para a aplicação da medida penal.

O Projeto tem o propósito de tornar a prática constitucional, já que ela não é prevista na legislação vigente. Porém, o tema do Depoimento Sem Dano mostrou-se controverso desde sua instituição e é questionada por especialistas do Serviço Social, Psicologia, Psiquiatria, Direito, entre outras áreas. Os Conse-

lhos Federais de Serviço Social e de Psicologia posicionaram-se contrários e proibiram os profissionais de participarem desta metodologia, embora suas resoluções estejam suspensas pela Justiça.

O primeiro ponto questionado é o fato de o intuito do DSD não ser a proteção da vítima de violência, mas, sim, a produção de prova para a responsabilização dos réus, colocando o ônus da evidência na criança, já que ela passa a ser testemunha.

Leila Torraca de Brito, professora de Psicologia da UERJ, desenvolveu pesquisa acadêmica que teve estudado as diferentes formas de inquirição de crianças e adolescentes vítimas de violência. Ela percorreu o país acompanhando estas práticas e pôde constatar diversas inadequações. Geralmente seus defensores alegam que a técnica seria vantajosa por não “revitalizar” a criança, pois passaria a relatar o ocorrido apenas uma vez. No entanto, observou que,

na maioria dos casos, a criança acabava sendo ouvida ao menos duas vezes. Já a psiquiatra Maria Helena Mariante Ferreira aponta que só uma pergunta que se faça a uma criança que possa ter sofrido violência repercute nela como se quebrassem seu braço e perguntassem: “Foi assim que doeu?”

Leila pontua outras preocupações: em raras ocasiões se ouvia o acusado; o receio com o posicionamento da criança na sala para não prejudicar a gravação; confusão conceitual entre escuta e inquirição; a priorização à prova e punição ao agressor; a transformação do direito da criança em ser ouvida em “obrigação de ser ouvida”, entre outras. Ela relata que começou a estranhar algumas modificações nas salas como, por exemplo, a retirada de brinquedos. “Quando questionei, me disseram que era porque as filmagens,” diz.

A pesquisa de Leila, bem como alguns relatos, mostra também que estas metodologias

(e o PL corrobora) indiferenciam as diversas fases da infância, levando para dentro das salas até mesmo crianças pequenas, o que pode ser prejudicial para a própria vítima. A psiquiatra Maria Helena Mariante Ferreira explica que a escuta feita de forma deturpada pode afetar psicologicamente a criança e o adolescente. Para a especialista, a memória traumatizada de uma criança não consegue reter os acontecimentos da forma como a Justiça espera para fazer a prova, por exemplo: “Ele era baixo? Alto? Estava usando camisa amarela ou vermelha?” Isso se dá porque a memória infantil está armazenada de forma diferente da dos adultos em função da imaturidade do córtex frontal.

Estes são alguns dos pontos que levam à discordância de práticas conhecidas como Depoimento Sem Dano e o PL 3792/2015. Com tantos argumentos contra, só resta questionar: Depoimento sem dano para quem?

Esportes

Renan e Janaína: bicampeões do X Festival de Vôlei de Praia Assojubs



Participantes do X Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas



Renan (dependente) e Janaína (convidada), os bicampeões, e Diretoria Assojubs

A parceria de Renan (dependente) e Janaína (convidada) deu tão certo que os atletas foram bicampeões do X Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas, realizado no dia 5 de março, na barraca de praia da associação, localizada no bairro Pompéia, em Santos. A vitória,

por 2 sets a 0, foi sobre os adversários Yeda (Comarca de Bertiooga) e Alexandre (convidado), os vice-campeões.

O Festival deu início à programação 2016 do Departamento de Esportes da Assojubs, agora comandado pelo diretor José Carlos dos Santos. A atividade

reuniu nove duplas, compostas da seguinte forma:

Grupo A - Maurício/Leslie, Heleno/Claudiane, Edvaldo/Simone; Grupo B - Renan/Janaína, Gil/Sheila, Leon/Gabriela; Grupo C - Luan/Laura, Felipe/Erika, Yeda/Alexandre.

O 3º lugar do Festival ficou

com a dupla formada por Edvaldo (Comarca de Santos) e Simone (dependente). Os esportistas bateram, por 21 a 13, Leon (dependente) e Gabriela (convidada).

O sistema de disputas do X Festival de Vôlei de Praia Assojubs - Duplas Mistas foi de um set de 21 pontos. Somente na final foram jo-

gados três sets de 15 pontos.

No decorrer do Festival, um churrasco de confraternização foi servido aos participantes.

A entrega da premiação, com troféus para as três primeiras colocações e medalhas a todos os atletas, aconteceu ao final das partidas.

Não fique só, fique sócio da Assojubs!



Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo

Ficha de Filiação - Associados Efetivos

Número:
 Nome:
 RG: Nascimento:
 CPF: Estado Civil:
 End.: N°: Complemento:
 Bairro: CEP:
 Cidade: Tel.:
 E-mail: Cel.:
 Nextel: ID:
 Função: Matrícula:
 Lotação: Cidade:
 Pai: Nascimento: / /
 Mãe: Nascimento: / /
 Cônjuge: Nascimento: / /
 Dependente: Nascimento: / /
 Dependente: Nascimento: / /
 Dependente: Nascimento: / /

Autorização

Nome:
 titular da conta corrente nº banco ag.

Autorizo a Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário do Estado de São Paulo a debitar mensalmente em minha conta corrente ou via Prodesp o valor equivalente à contribuição de associado: 1% dos vencimentos brutos iniciais da respectiva carreira do quadro funcional dos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, bem como outros débitos comprovados e autorizados.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura

Ciente

Presidente da Assojubs

Sede Santos - Av. São Francisco, 276/278, Centro, CEP 11013-202 - Tel.: (13) 3223-2377
 Sede São Vicente - Rua Campos de Bury, 18, sala 11, Parque Bitaru, CEP 11310-350 - Tel.: (13) 3468-2665
 Sede São Paulo - Rua da Glória, 152, conj. 42, Liberdade, CEP 01510-000 - Tel.: (11) 3101-6085

secretaria@assojubs.com.br
www.assojubs.org.br

10 KM Tribuna FM Unilus: Equipe Assojubs marca presença na prova

A Equipe Assojubs foi presença garantida na prova de rua mais famosa da Baixada Santista: os 10 KM Tribuna FM Unilus. Na manhã de 15 de maio, antes da disputa, o grupo, formado por mais de 80 atletas, esteve na Cantina da associação para um belo café da manhã. E após a corrida, a confraternização foi na barraca de praia (canal 2).



Boteco Assojubs tem apresentação de Sol Carvalho e Amigos e som de Silvio Brasão

Em 1 de abril, a sede Santos, no espaço da Cantina, abriu suas portas para promover uma noite de muito samba de raiz e MPB aos seus associados e convidados: o Boteco Assojubs, com apresentação de Sol Carvalho e Amigos e som de Silvio Brasão



NOVOS CONVÊNIOS

Gastronomia

São Vicente

Restaurante Pimenta
Endereço: Rua Costa Rego, 22, Vila São Jorge
Telefone: 13 3561-7335

Cubatão

Street Point Restaurante
Endereço: Av. Joaquim Miguel Couto, 659, Vila Paulista
Telefone: 13 3361-8842
15% de desconto no pagamento à vista mediante
apresentação da carteirinha de sócio

Acesse a lista completa em www.assojubs.org.br

